

**ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
DO PERÍODO DE 2021**

## 1 - Identificação da entidade

O Centro Social e Paroquial de Areosa, NIPC 504 630 490, é uma instituição particular de solidariedade social, cujo início de actividade se deu a 25/08/1999, com sede na Rua Domingos Martins Rua n.º 47, 4900-705 Areosa, e tem como actividades a exploração sem fins lucrativos de um ATL, de uma Creche e de um Serviço de Apoio Domiciliário, a que correspondem os CAE's 88910 - Actividades de apoio social para pessoas idosas sem alojamento (SAD) e 88910 - Actividades de cuidados para crianças sem alojamento (Creche e ATL).

Além destas actividades que já exerce tem instalações para o funcionamento de um Centro de Dia e está a construir as instalações para uma Estrutura Residencial para Pessoas Idosas.

## 2 - Referencial contabilístico na preparação das demonstrações financeiras

### 2.1 - Enquadramento

As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho.

### 2.2 - Derrogações ao disposto na NCRF-ESNL

Não houve qualquer derrogação ao disposto na norma acima referida.

2.3 - Indicação e comentários das contas do balanço e demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas  
Não se aplica.

## 3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

### 3.1 - Principais políticas contabilísticas

#### 3.1.1 - Bases gerais de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

##### 3.1.1.1 - Activos fixos tangíveis

São mensurados pelo seu custo, que compreende o seu preço de compra, os gastos que haja com qualquer imposto de compra não reembolsável e ainda os custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida.

No caso de bens do activo fixo tangível atribuídos a título gratuito em que o custo pode ser desconhecido, os mesmos são mensurados ao justo valor ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade do doador.

##### 3.1.1.2 - Activos intangíveis

São mensurados pelo seu custo, quer aquando do seu reconhecimento quer após reconhecimento, o qual é determinado da mesma forma que o custo dos activos fixos tangíveis.

##### 3.1.1.3 - Custo dos empréstimos obtidos

O custo dos empréstimos obtidos compreende juros de descobertos bancários e de empréstimos obtidos, amortizações de custos acessórios incorridos em ligação com a obtenção de empréstimos, encargos financeiros com locações financeiras e diferenças de câmbio desfavoráveis provenientes de empréstimos obtidos em moeda estrangeira.

##### 3.1.1.4 - Inventários

São mensurados ao custo histórico. Esse custo inclui os custos de compra e os custos incorridos para colocar os inventários no seu local.

Os custos de compra incluem o preço de compra, impostos não recuperáveis e custos de transporte, manuseamento e outros custos directamente atribuíveis à aquisição dos mesmos. Os descontos comerciais, abatimentos e outros itens semelhantes deduzem-se na determinação dos custos de compra.

##### 3.1.1.5 - Rédito

O rédito é reconhecido pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência.

##### 3.1.1.6 - Subsídios e outros apoios

Os subsídios monetários são mensurados pelo valor que se recebeu ou espera receber e os não monetários pelo seu justo valor.

## 3.1.1.7 - Imposto sobre o rendimento

Os passivos ou activos por impostos correntes são mensurados pela quantia que se espera pagar ou receber das autoridades fiscais usando as taxas e as leis fiscais à data de aprovação do balanço.

## 3.1.1.8 - Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros tais como clientes, fornecedores, contas a receber, contas a pagar ou empréstimos bancários são mensurados ao custo menos perda por imparidade.

Os instrumentos financeiros negociados em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, reconhecendo-se as variações deste por contrapartida de resultados do período.

## 3.1.1.9 - Benefícios dos empregados

As obrigações decorrentes dos benefícios a curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respectivo pagamento.

## 3.1.2 - Outras políticas contabilísticas

Não foram usadas políticas contabilísticas diferentes das definidas na Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

## 3.1.3 - Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Instituição, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afectem o valor dos activos e passivos existentes à sua data são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

## 3.1.4 - Principais fontes de incerteza

Na preparação das demonstrações financeiras, a Instituição adoptou certos pressupostos e estimativas que afectam os activos e passivos, rendimentos e gastos relatados.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos activos fixos tangíveis e intangíveis, análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber e de inventários e provisões.

As estimativas foram feitas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospectiva.

## 3.2 - Alterações nas políticas contabilísticas

Não se verificou qualquer alteração nas políticas contabilísticas.

## 3.3 - Alterações nas estimativas contabilísticas

Não se verificou qualquer alteração nas estimativas contabilísticas.

## 3.4 - Correção de erros de períodos anteriores

Em anos anteriores receberam-se subsídios, nomeadamente para a construção da Creche e do Centro de Dia, bem como para aquisição de equipamento para o Centro de Dia, que erradamente foram sendo repostos à medida que eram recebidos e não a partir do momento em que os bens que lhes estiveram na origem estavam prontos para uso. Para além desse erro, a reposição desses subsídios também não foi feita, na sua maioria, à medida que os bens objecto desse apoio foram depreciados, pelo que a correcção desses erros em 2021 tem o seguinte impacto nas demonstrações financeiras do período:

Correcção de erros de períodos anteriores	Impacto nas demonstrações financeiras do período	
	D/561	C/5931
Correcção ao subsídio repostos do QREN relativo à construção da Creche	71.680,96	71.680,96
Correcção ao subsídio repostos da CMVC relativo à construção e aquisição equipamento para o Centro de Dia	2.674,59	2.674,59
Total:	74.355,55	74.355,55

## 4 - Activos fixos tangíveis

A mensuração dos activos fixos tangíveis baseou-se no método do custo, conforme referido no ponto 3.1.1.

As depreciações destes activos são calculadas segundo o método da linha recta, tendo em conta a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se quando o activo esteja disponível para uso, isto é, quando estiver na localização e condições necessárias para que seja capaz de operar na forma pretendida.

A informação exigida nas divulgações quanto à quantia escriturada bruta, depreciações, imparidades e a quaisquer outros movimentos ocorridos no período em activos fixos tangíveis constam do seguinte mapa:

Descrição dos Movimentos	Outros Activos Fixos Tangíveis								Total
	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos em curso	Adiantamentos por conta de AFT	
Quantia bruta escriturada inicial		1.291.009,46	75.153,07	37.142,23	13.618,11	25.284,14			1.442.207,01
Depreciações acumuladas iniciais		152.713,80	51.270,01	31.006,81	12.001,64	20.266,21			267.258,47
Quantia líquida escriturada inicial		1.138.295,66	23.883,06	6.135,42	1.616,47	5.017,93			1.174.948,54
Movimentos do período:									
Aquisições/aumentos			3.481,79	13.167,80			401.767,76		418.417,35
Alienações									
Abates									
Outras (transferência de contas)									
Transf. dos activos fixos tangíveis em curso (+ ou -)									
Depreciações do período		24.752,77	6.047,40	4.020,98		1.158,54			35.979,69
Correcção às depreciações acumuladas (+ ou -)			- 2.349,71		1.616,47	733,24			
Diminuição deprec. acum. por alienação ou abate									
Quantia bruta escriturada final		1.291.009,46	78.634,86	50.310,03	13.618,11	25.284,14	401.767,76		1.860.624,36
Depreciações acumuladas finais		177.466,57	54.967,70	35.027,79	13.618,11	22.157,99			303.238,16
Quantia líquida escriturada final		1.113.542,89	23.667,16	15.282,24		3.126,15	401.767,76		1.557.386,20

Foram também efectuadas algumas correcções às depreciações acumuladas com base nos valores líquidos das fichas dos activos fixos tangíveis ainda não totalmente depreciados. Estas correcções resultaram apenas na transferência de valores que constavam a mais em determinadas contas para outras onde faltavam, eventualmente por lapso aquando do lançamento.

## 5 - Activos intangíveis

Os activos intangíveis existentes foram todos adquiridos externamente e a vida útil dos mesmos é finita, estando a ser amortizados a uma taxa de 33,33%. O método de amortização usado é o método da linha recta.

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas e as imparidades acumuladas no início e no fim do período, bem como a reconciliação da quantia escriturada no começo e no fim do período encontra-se relevada no seguinte quadro:

Descrição dos Movimentos	Programas de Computador	Outros Activos Intangíveis	Activos Intangíveis em Curso	Adiantamentos por conta de Activos Intangíveis	Total
Quantia bruta escriturada inicial	791,26				791,26
Depreciações acumuladas iniciais	791,26				791,26
Quantia líquida escriturada inicial					
Movimentos do período:					
Aquisições/aumentos					
Alienações					
Abates					
Outras (transferência de contas)					
Depreciações do período					
Correcção às depreciações acumuladas (+ ou -)					
Diminuição deprec. acum. por alienação ou abate					
Quantia bruta escriturada final	791,26				791,26
Depreciações acumuladas finais	791,26				791,26
Quantia líquida escriturada final					

## 6 - Custo dos empréstimos obtidos

O custo dos empréstimos obtidos é por norma reconhecido como um gasto no período em que incorre. No entanto, dado que o empréstimo actual foi efectuado para a construção do ERPI e este ainda se encontra em construção, foram capitalizados no período juros e outros gastos relacionados com o referido empréstimo no montante de 8.476,19 €.

## 7 - Inventários

Os inventários existentes à data do balanço foram mensurados ao custo histórico, sendo o FIFO o método de custeio utilizado para as saídas.

As restantes divulgações relacionadas com inventários encontram-se patentes no seguinte quadro:

Descrição	Mercadorias	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Activos biológicos	Total
Inventários iniciais		1.200,25		1.200,25
Compras		59.888,16		59.888,16
Reclassificação e regularização de inventários		1.042,60		1.042,60
Inventários finais		1.711,51		1.711,51
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		60.419,50		60.419,50

## 8 - Rendimentos e gastos

O rédito que envolva a prestação de serviços só é reconhecido quando todas as seguintes condições estiverem satisfeitas:

- A quantia de rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras com a transacção fluam para a entidade;
- A fase de acabamento à data do balanço possa ser fiavelmente mensurada; e
- Os custos incorridos com a transacção e os custos para concluir a transacção possam ser fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente do uso por outros de activos da entidade que produzam juros, royalties e dividendos é reconhecido apenas quando satisfizer as seguintes condições:

- Seja provável que os contributos para o desenvolvimento das actividades presentes e futuras com a transacção fluam para a entidade; e
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada.

Os juros são reconhecidos segundo o regime do acréscimo e os dividendos quando for estabelecido o direito do accionista receber o pagamento.

O rédito é composto unicamente por prestação de serviços no valor de 150.043,47 €.

## 9 - Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

Não se aplica.

## 10 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

As divulgações exigidas para este item encontram-se em mapa próprio de controlo de subsídios para investimentos.

Os subsídios relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis, incluindo os subsídios não monetários, são apresentados no balanço como componente dos Fundos Patrimoniais e imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações e amortizações efectuadas em cada período.

Os subsídios relacionados com rendimentos concedidos para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar deficits de exploração de um dado exercício imputam-se como rendimentos desse exercício, salvo se se destinarem a financiar deficits de exercícios futuros.

A natureza e extensão dos subsídios e outros apoios das Entidades Públicas reconhecidos nas demonstrações financeiras encontram-se reflectidas no seguinte quadro:

Subsídios e outros apoios das Entidades Públicas				
Natureza	Balanço		Demonstração de Resultados	
	Conta	Valor	Conta	Valor
Subsídios à Exploração:				
Instituto de Segurança Social, IP	-	-	7511	247.238,33
Instituto de Emprego e Formação Profissional - Outros	-	-	7513	526,56
Autarquias Locais	-	-	7515	5.231,00
Juntas de Freguesia	-	-	7516	1.250,00
Instituto de Segurança Social, IP - Lay off	-	-	75171	8.045,50
IEFP - Incentivo Extraordinário à Normalização da Actividade	-	-	75173	10.640,00
Sub-total dos subsídios à exploração				272.931,39
Subsídios ao Investimento:				
QREN	5931	106.599,99	7882	2.600,00
Câmara Municipal de Viana do Castelo - Edifício e Equip. do Centro de Dia	5931	150.666,66	7882	4.666,67
Câmara Municipal de Viana do Castelo - Construção Edifício para ERPI	5931	125.000,00	7882	-
Câmara Municipal de Viana do Castelo - Aquisição de Aspirador	5931	612,50	7882	87,50
Sub-total dos subsídios ao investimento		382.879,15		7.354,17
Total		382.879,15		280.285,56

Em 2021, com já foi referido no ponto 3.4 deste anexo, foram efectuadas determinadas correcções aos subsídios já repostos. De referir apenas que a importância de 2.674,59 € constante nesse ponto resulta da diferença entre uma correcção negativa ao ano anterior no valor de 2.799,67 € e de uma correcção positiva ao ano anterior no valor de 125,08 €, tudo relacionado com reposições de subsídios ao investimento. A última é positiva dado que em 2021 foi recebida mais uma importância de 558,50 € referente a equipamento adquirido no ano anterior e sobre a qual não tinha sido efectuada qualquer reposição.

## 11 - Instrumentos Financeiros

### 11.1 - Bases de mensuração e políticas contabilísticas

A sua mensuração é realizada conforme o ponto 3.1.1.8. Quanto às políticas contabilísticas, procedemos da seguinte forma:

À data de cada relato financeiro avaliam-se todos os activos financeiros mensurados ao custo por forma a verificar se existem situações de imparidade, bem como os activos e passivos financeiros que possam estar em situação passível de desreconhecimento. Desreconhece-se um activo financeiro se ocorrerem as seguintes situações:

- Os direitos contratuais aos fluxos de caixa resultantes do activo financeiro expiram; ou
- A entidade transfere para outra parte todos os riscos significativos e benefícios relacionados com o activo financeiro.

O desreconhecimento do passivo financeiro realiza-se quando a obrigação estabelecida no contrato seja liquidada, cancelada ou expire.

### 11.2 - Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

As unidades de participação do Fundo de Compensação do Trabalho estão sujeitas ao justo valor e o justo valor não é diferente do valor apresentado no Balanço em 31.12.2021. No período não foi reconhecida qualquer imparidade face à cotação em 31.12.2021.

### 11.3 - Reconciliação dos Fundos Patrimoniais

Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período dos fundos patrimoniais	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo final
Fundos				
Reservas				
Resultados transitados	644.420,43	85.447,07	1.383,28	560.356,64
Ajustamentos				
Outras variações nos fundos patrimoniais	179.038,04	8.604,17	366.247,57	536.681,44
Subsídios	189.619,27	8.604,17	210.614,05	391.629,15
Doações	510,29		144.542,00	145.052,29
Resultado líquido do período	1.383,28	20.055,34		- 18.672,06
Total	824.841,75	114.106,58	367.630,85	1.078.366,02

11.4 - Activos financeiros dados em garantia, penhor ou promessa de penhor

Não existem activos financeiros dados como garantia, penhor ou promessa de penhor.

11.5 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço

11.5.1 - Quantia das dívidas com duração residual superior a 5 anos

Não existem dívidas com duração superior a 5 anos.

11.5.2 - Quantia de todas as dívidas cobertas por garantias reais prestadas pela entidade

O edifício onde funcionam as instalações da Creche e do Centro de Dia e onde está a ser construído o ERPI foi dado como garantia do empréstimo obtido junto do BPI.

11.6 - Ajustamentos reconhecidos no período de instrumentos financeiros não mensurados ao justo valor

Não se reconheceram quaisquer ajustamentos de instrumentos financeiros no período.

11.7 - Dívidas à entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano

Apesar de não termos dívidas de entidades superiores a um ano aproveitamos também para desagregar a composição da dívida inferior a um ano.

Descrição do tipo de créditos	Créditos iguais ou inferiores a 1 ano
Créditos resultantes de vendas e de prestações de serviços	8.801,79
Outros Créditos	140.865,64
Estado e outros entes públicos (24)	33.949,45
IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional (27853)	5.350,59
Câmara Municipal de Viana do Castelo (278591)	101.555,00
Outras contas a receber (27)	10,60
Diferimentos	1.519,93
Total	151.187,36

11.8 - Dívidas da entidade reconhecidas à data do balanço e cuja duração residual seja superior a um ano

Além das dívidas com duração superior a um ano aproveitamos também para detalhar mais um pouco a composição da nossa dívida.

Descrição do tipo de débitos	Dívidas iguais ou inferiores a 1 ano	Dívidas superiores a 1 ano
Dívidas a instituições de crédito	330.000,00	350.000,00
Dívidas por compras e prestações de serviços	11.151,51	
Outras dívidas	160.873,85	
Clientes - Saldos credores c/exclusão dos adiantamentos (21)	61,53	
Pessoal (23)	14.429,61	
Estado e outros entes públicos (24)	19.043,67	
Fornecedores de Investimento (2711)	83.625,91	
Credores por acréscimo da gastos (2722)	43.713,13	
Total	502.025,36	350.000,00

Discrimina-se ainda no seguinte quadro a rubrica "Caixa e Depósitos Bancários", em 31 de Dezembro de 2021 e 2020:

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	927,00	51,17
Depósitos à ordem	214.090,04	66.811,72
Total	215.017,04	66.862,89

## 12 - Benefícios dos empregados

O número médio de empregados durante o período foi de 22, repartidos pelos vários centros de custo conforme ilustrado no seguinte quadro:

Centros de Custo	Creche	ATL	SAD	Total
N.º Médio de funcionários	10	2	10	22

A Direcção em 2021 foi composta pelos 5 elementos que constam do seguinte quadro:

Cargos	Nomes
Presidente	Manuel José Torres Lima
Vice-Presidente	Alexandre Manuel Martins
1º Secretário	António André Afonso
2º Secretário	José Gonçalves Correia da Silva
Tesoureira	Maria do Rosário Correia Rocha Ramos

Os membros dos órgãos directivos não auferem qualquer tipo de remuneração pelo exercício de funções de direcção. Não foi concedido qualquer adiantamento ou crédito a nenhum membro dos órgãos sociais da Instituição. Não existem quaisquer compromissos assumidos em matéria de pensões.

## 13 - Acontecimentos após a data do balanço

Não existem quaisquer acontecimentos após a data do balanço que possam afectar a demonstração de resultados ou o balanço.

## 14 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

Não se aplica.

## 15 - Outras informações

## 15.1 - N.º Médio de utentes das respostas sociais

Respostas sociais	Creche	ATL	SAD
Capacidade reconhecida pela S.Social	37	30	64
N.º de utentes (acordo)	29	30	32
N.º médio de utentes	37	30	46

## 15.2 - Desagregação da composição de determinadas rubricas do balanço

Nos quadros que se seguem apresentamos a desagregação de algumas rubricas do balanço:

Créditos a receber		
Conta	Descrição	Valor
21	Utentes (saldos devedores)	8.801,79
2785	Entidades do sector público administrativo	106.905,59
278	Outras contas a receber (saldos devedores)	10,60
Total:		115.717,98



Outros passivos correntes		
Conta	Descrição	Valor
21	Clientes (saldos credores)	61,53
23	Pessoal (saldos credores)	14.429,61
2711	Fornecedores de Investimentos	83.625,91
2722	Credores por acréscimo de gastos	43.713,13
Total:		141.830,18

## 15.3 - Eventos subsequentes

Na data de aprovação destas demonstrações financeiras continua em expansão em Portugal e na generalidade dos países Europeus a pandemia associada ao vírus COVID-19, a qual poderá vir a ter impactos significativos na envolvente económica e na actividade da Instituição no ano de 2022. A extensão e grau de severidade destes impactos não é, completamente, determinável nesta data. No entanto, a Direcção não antecipa impactos que possam afectar a continuidade das operações da Instituição. Continua a ser seguido o plano de contingência internamente definido com vista a assegurar o normal funcionamento da mesma.

## 15.4 - Dívidas em mora ao Estado

Não existem dívidas em mora ao Estado em 31/12/2021.

## 15.5 - Outros apoios ao investimento de entidades privadas

Por considerarmos que é relevante o valor do apoio ao investimento por parte das entidades privadas divulgamos esses apoios e o impacto que os mesmos têm nas demonstrações financeiras do período no seguinte mapa:

Subsídios e outros apoios das Entidades Privadas				
Natureza	Balço		Demonstração de Resultados	
	Conta	Valor	Conta	Valor
Subsídios ao investimento de entidades privadas:				
BPI - Aquisição da viatura "AF-95-VL"	5931	8.750,00	7882	1.250,00
Doações para apoio ao investimento:				
Donativos em dinheiro de cidadãos particulares para apoio à construção do ERPI	59411	45.052,29	-	-
Donativo da Fábrica da Igreja de Areosa para apoio à construção do ERPI	59412	100.000,00	-	-
Total dos apoios de Entidades Privadas ao investimento		153.802,29		1.250,00

## 15.6 - Outras

No presente exercício, além do voluntariado prestado pelos órgãos directivos da Instituição, o CSPA contou com oito voluntários para a distribuição das refeições do SAD, nos fins-de-semana e feriados. Além desta prestimosa colaboração, o CSPA continuou a contar com 6 voluntários que dinamizam a Liga dos Amigos, contactando os seus membros e facilitando os recebimentos das suas contribuições.